



A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A GESTÃO POR RESULTADOS: O IDEAL EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

*LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR Y LA GESTIÓN POR RESULTADOS:
THE BUSINESS IDEAL IN PUBLIC EDUCATION*

*THE NATIONAL COMMON CORE CURRICULUM AND MANAGEMENT BY
RESULTS: THE BUSINESS IDEAL IN PUBLIC EDUCATION*



Leislainy Moraes CASTRO¹
e-mail: leislainymoraescastro@gmail.com



Elizabeth Gottschalg RAIMANN²
e-mail: elizabeth_raimann@ufj.edu.br

Como referenciar este artigo:

CASTRO, L. M.; RAIMANN, E. G. A Base Nacional Comum Curricular e a gestão por resultados: o ideal empresarial na educação pública. *Rev. Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 14, n. esp. 1, e024008, 2024. e-ISSN: 2237-258X. DOI: 10.30612/eduf.v14iesp.1.19683



- | Submetido em: 27/08/2024
- | Revisões requeridas em: 09/09/2024
- | Aprovado em: 14/11/2024
- | Publicado em: 30/12/2024

Editora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Professora de Educação Infantil e atualmente cursando mestrado em Educação na Universidade Federal de Goiás.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Professora Associada 1, atua como docente na Universidade Federal de Jataí, GO.

RESUMO: Considerando o contexto da elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na década entre 2010 e 2020, este artigo problematiza a participação da Fundação Lemann como uma das articuladoras desse processo. Objetivando desvelar esta parceria público-privada, busca-se conhecer e analisar as aproximações entre a Fundação Lemann e a BNCC. A pesquisa exploratória, de cunho documental, pautou-se no materialismo histórico-dialético. Da análise, buscou-se os relatórios anuais da Fundação Lemann e textos introdutórios da BNCC, além de artigos de opinião em revistas e jornais *on-line* e a legislação educacional. A análise apontou que a participação da Fundação nas políticas educacionais se fortaleceu, além da parceria público-privada, promovendo a prática de gestão gerencialista. Na aparência, busca a qualidade da educação nacional conforme preconiza o Movimento Todos pela Educação, porém, na essência, o seu interesse é o do mercado, formando trabalhadores com habilidades e competências técnicas. Quanto à BNCC as ações que culminaram na sua homologação partem de uma visão ideológica particular da própria Fundação Lemann de como a sociedade deve funcionar, considerando um projeto de sociedade regulado pelo corporativismo empresarial, pela meritocracia e pelo empreendedorismo orientado por pressupostos gerencialistas de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação pública. Gestão por resultados. Base Nacional Comum Curricular. Fundação Lemann.

RESUMEN: Considerando el contexto de elaboración y aprobación de la Base Nacional Común Curricular en la década comprendida entre 2010 y 2020, este artículo científico problematiza la participación de la Fundación Lemann como uno de los organizadores de este proceso. Con el objetivo de desvelar esta alianza público-privada, buscamos conocer y analizar las similitudes entre la Fundación Lemann y la Base Nacional Común Curricular. La investigación exploratoria, de carácter documental, se basó en el materialismo histórico dialéctico. Del análisis, se buscó los informes anuales de la Fundación Lemann y textos introductorios del BNCC, así como artículos de opinión en revistas y periódicos en línea y legislación educativa. El análisis mostró que la participación de la Fundación en las políticas educativas se fortaleció, además de la colaboración público-privada, promoviendo la práctica de la gestión empresarialista. En apariencia busca la calidad de la educación nacional como defiende el Movimiento Todos por la Educación, sin embargo, en esencia, su interés es el del mercado, de formar trabajadores con habilidades y competencias técnicas. En cuanto al BNCC, las acciones que culminaron con su aprobación se basan en una visión ideológica particular de la propia Fundación Lemann sobre cómo debe funcionar la sociedad, considerando un proyecto de sociedad regulado por el corporativismo empresarial, la meritocracia y el emprendimiento guiado por presupuestos educativos gerencialistas.

PALABRAS CLAVE: Educación pública. Gestión por resultados. Base Nacional Común Curricular. Fundación Lemann.

ABSTRACT: Considering the context of the preparation and approval of the National Common Core Curriculum in the decade between 2010 and 2020, this article problematizes the participation of the Lemann Foundation as one of the organizers of this process. Aiming to unveil this public-private partnership, we seek to comprehend and analyze the similarities

between the Lemann Foundation and the National Common Core Curriculum. The exploratory research, of a documentary nature, was guided by the dialectical historical materialism. From the analysis, we searched for the annual reports of the Lemann Foundation and introductory texts from the BNCC, as well as opinion articles in online magazines and newspapers and educational legislation. The analysis showed that the Foundation's participation in educational policies has strengthened, in addition to the public-private partnership, promoting the practice of managerialist management. In appearance, it seeks the quality of national education, as advocated by the Everyone for Education Movement, however, in its core, its interest is that one of the market, training workers with technical skills and competencies. As for the BNCC, the actions that culminated in its approval start from a particular ideological vision of the Lemann Foundation itself on how society should function, considering a society project regulated by business corporatism, meritocracy and entrepreneurship guided by managerialist educational assumptions.

KEYWORDS: Public education. Management by results. National Common Core Curriculum. Lemann Foundation.

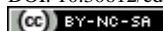
Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal de Jataí/GO, tendo como tema de investigação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Fundação Lemann. Objetivou-se conhecer e analisar as aproximações entre a Fundação Lemann e a BNCC. A metodologia da pesquisa consistiu na pesquisa exploratória, qualitativa e de cunho documental pautada em relatórios anuais da Fundação Lemann e texto introdutório da BNCC, além de documentos produzidos pela Fundação, jornais *on-line* e a legislação educacional. O referencial teórico-metodológico ancorou-se nas contribuições do materialismo histórico-dialético e as análises tiveram as contribuições de Pereira e Evangelista (2019), Raimann (2015), Tarlau e Moeller (2020), dentre outros.

O artigo está dividido em três partes, sendo que na primeira se apresentará um breve histórico da Fundação e a parceria público privada. Na sequência, a atuação da Fundação na agenda da BNCC e, por fim, o ideal gerencialista presente na BNCC.

A Fundação Lemann, sua trajetória na educação brasileira e a parceria público privada

A Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, abriu oportunidades para a atuação de Organizações Sociais, ao dispor sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e



a criação do Programa Nacional de Publicização³ (Brasil, 1998). Essa lei desencadeou a possibilidade das parcerias público-privadas.

Durante o segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato Souza, então Ministro da Educação, convida Jorge Paulo Lemann para vir ao Brasil, em 2002. De origem suíça, Lemann teve o apoio para implementar sua proposta de investimento na educação, em especial, na área da gestão, implantando a gestão por resultados, com a colaboração de Cláudio de Moura Castro e Paulo Renato de Souza (Raimann, 2015).

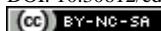
A fundação se caracteriza como “uma organização familiar e sem fins lucrativos, que colabora com iniciativas para a educação pública em todo o Brasil e apoia pessoas comprometidas em resolver grandes desafios sociais do país” (Fundação Lemann, 2021). Sua missão é, conforme disponível em seu *site*, “colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de grande impacto, que garantam a aprendizagem de todos os alunos, formar líderes que resolvam os problemas sociais do país, levando o Brasil a um salto de desenvolvimento com equidade” (Fundação Lemann, 2021).

No seu primeiro ano de funcionamento, segundo relatório anual, a Fundação se dedicou a entender como funcionava a educação pública no Brasil, buscando um nicho de atuação para que pudesse focar seus investimentos. Em 2003, cria-se o Instituto Gestão Educacional, focado em fornecer curso de gestão escolar para diretores de escolas públicas, considerando que “adicionalmente à escolha de um nicho de atuação em gestão escolar, a Fundação Lemann conduz suas atividades também com foco em resultados e obsessão por avaliação” (Fundação Lemann, 2003).

Nesse mesmo ano, Paulo Renato de Souza é contratado pela Fundação Lemann para fazer parte da equipe. No relatório anual de 2003, ele se manifesta:

Como Ministro da Educação, tive a oportunidade de propor novas formas de cooperação do setor privado com a educação, para a melhoria da qualidade das escolas públicas de ensino básico, por meio de parcerias com o Estado. O impacto dessa nova forma de atuação das empresas e fundações na educação tem uma abrangência enorme, podendo alcançar, no limite, a todo o sistema educacional. [...] É preciso, porém, continuar a melhorar a qualidade da educação pública e o setor privado pode contribuir de maneira decisiva para acelerar esse processo (Fundação Lemann, 2003, p. 36).

³ Projeto Organizações Sociais, no âmbito do Programa Nacional de Publicização (PNP), tem como objetivo permitir a publicização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, baseado no pressuposto de que esses serviços ganharão em qualidade: serão otimizados mediante menor utilização de recursos, com ênfase nos resultados, de forma mais flexível e orientados para o cliente-cidadão mediante controle social. (Brasil, 1997, p. 13).



Com o discurso da qualidade da educação pública e ações que objetivam desobrigar o Estado de sua responsabilidade com a questão social, incluindo a educação, passa-se, a partir da década de 2000, a implementar as parcerias público-privadas no País. Importante situar o contexto dessas ações, pois, naquele momento, o País incorpora as noções de mercado ao setor público; um novo modelo de gestão baseada na iniciativa privada, com metas e resultados a seguir, uma vez que o Estado passou a atuar em sua forma mínima para as questões sociais. Em outros termos, não sendo mais o fornecedor dos serviços, cabe ao Estado gerenciar as políticas, inclusive as educacionais, abrindo espaço para as parcerias público-privadas e as terceirizações. Conforme as orientações de Bresser-Pereira, então Ministro da Reforma do Aparelho do Estado, durante governo de FHC,

Por meio de um programa de publicização transfere-se para o setor público não estatal o denominado terceiro setor, a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle (Brasil, 1997, p. 9).

Segundo Adrião e Peroni (2009), a estratégia social-liberal fundamentou o Plano de Reforma do Estado do ministro Bresser-Pereira, porém as prescrições trazem orientações reformadoras da gestão brasileira tanto de influências neoliberais quanto da Terceira Via, já que o diagnóstico da crise se encontra no Estado, por isso a necessidade de reformá-lo.

Em outro estudo relativo, as parcerias público-privadas, Adrião (2014, p. 265) afirma:

Na realidade brasileira, tais orientações foram facilitadas pelas alterações no texto constitucional decorrentes da Emenda Constitucional n. 19 de 1998, por meio das quais se introduziu elementos da Nova Gestão Pública [...] temos afirmado que o marco regulatório que se seguiu à EC-19 conforma os mecanismos que permitem e induzem à privatização da educação pública. Falamos especialmente da Lei Federal n. 9.790 de 1999, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.100/99 que versa sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja finalidade é realizar serviços sociais não mais considerados como função exclusiva do Estado.

Por sua vez, Souza e Moreira (2020, p. 428) afirmam que “a partir da década de 2000, no Brasil medidas desencadeadas visaram transformar a educação pública em uma alternativa para a ampliação do capital”. Infere-se com isso que o investimento na educação pública pelo setor privado, dentre eles o da Fundação Lemann, não é velado, ou seja, é muito explícito como

se pode ler no relatório de 2006, na mensagem inicial do Conselho da Fundação com o tema “Os dez princípios de investimento social privado em educação”. Nele é possível perceber quais os rumos pretendidos pela Fundação e o seu discurso empresarial inserindo-se na educação:

As escolas públicas devem ser administradas sob um ponto de vista econômico, no sentido de garantir que o gerenciamento de recursos e o envolvimento das pessoas sejam feitos de modo profissional. [...] Os sistemas educacionais devem ser desenhados de forma a contemplar também a necessidade de gerar empregos para a economia, tratando igualmente com carinho a formação de aprendizes e profissionais não acadêmicos. [...] O Estado deve estar aberto à participação do setor privado no desenvolvimento, na expansão e na melhoria do sistema educacional e ter visão e estratégia claras na formação desse tipo de aliança, além de fazer os ajustes organizacionais necessários. [...] A qualidade e os resultados dos programas educacionais devem ser constantemente monitorados e analisados em bases empíricas. O bom desempenho deve ser premiado” (Fundação Lemann, 2006).

Diante desse cenário, pode-se perceber o terreno fértil para que a educação passasse a ser um setor de disputa no campo empresarial. A seguir, encontra-se o processo de elaboração da BNCC e a atuação marcante da Fundação Lemann.

A BNCC e o seu processo de elaboração

Antes mesmo da BNCC entrar na agenda educacional brasileira, ela já estava sendo articulada pelo empresariado brasileiro, por isso é importante compreender qual a relação da Fundação Lemann no Movimento pela Base e Todos pela Educação.

Considerando o ponto de vista de Lamosa (2017), o movimento Todos pela Educação (TPE) teve sua formação iniciada em 2005, composto por um grupo de líderes empresariais. Em setembro de 2006, foi lançado oficialmente o projeto Compromisso Todos pela Educação. Em 2014, teve seu estatuto reformulado e passou a se instituir como uma organização da sociedade civil. O movimento tem sua agenda articulada em torno de metas, bandeiras e áreas de atuação. O autor enfatiza que o TPE é visto como um exemplo “exitoso” da ação empresarial sobre a educação.



Segundo contribuições de Bernardi, Uczak e Rossi (2018), o TPE, logo após sua fundação, iniciou uma agenda de inserção nas políticas educacionais, junto aos órgãos governamentais, começando pelo Plano de Ações Articuladas, Plano Nacional de Educação (PNE), alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na BNCC. Entretanto as autoras alertam que é preciso examinar criteriosamente a investida do setor privado frente à educação, porque esse movimento é reflexo de uma disputa por um projeto societário, ampliando as possibilidades de lucro, de influência e é também uma forma de manter a hegemonia. Para Bernardi, Uczak e Rossi (2018, p. 32), “essa ideia sedutora de que ‘todos’ se unem pela educação, utilizada pelo Movimento, propôs a mobilização da iniciativa privada e das organizações sociais do terceiro setor para atuar junto com o Estado no provimento da educação”.

Configurando-se em uma forma de “parceria” entre o privado e o setor público, no qual os discursos estão alinhados em prol da causa “educação de qualidade”, porém, esse grupo não faz parte do cenário educacional de forma direta, mas trata-se de empresários, pessoas ligadas à área da Economia, Comunicação, do mundo dos negócios. Não por acaso, em 2013, surge o Movimento pela Base, quando um grupo empresarial passa a atuar com o objetivo de “contribuir” para a BNCC.

Em análise feita por Bernardi, Uczak e Rossi (2018), dos 64 membros que compõem o Movimento pela Base Nacional Comum, 53% compõem o TPE; ou seja, isso significa que 34 integrantes individuais ou coletivos têm relação com o TPE; soma-se a isso aqueles agentes que compõem cargos públicos junto ao Ministério da Educação. A conclusão acerca desse dado é que esses dois movimentos, TPE e Movimento pela Base, uniram-se e tornaram-se “clientes” do Estado na oferta de soluções e estratégias para a implementação da Base. Com relação ao Movimento pela Base, Denis Mizne, diretor-executivo da Fundação Lemann afirma

A Fundação Lemann é a secretaria-executiva do Movimento pela Base, um grupo plural e suprapartidário, formado por 65 pessoas físicas e 11 instituições que trabalham pela educação brasileira. O papel do Movimento é garantir a qualidade da Base Nacional Comum Curricular. Entre as atividades do Movimento apoiadas pela Fundação Lemann estão: produzir conhecimento e disponibilizar insumos técnicos para órgãos governamentais e para o debate público em geral; facilitar a participação e contribuição de especialistas nacionais e internacionais no debate; dar apoio para engajar e ampliar participação social no processo; acompanhar e apoiar a execução do plano nacional de implementação da BNCC (ProBNCC) (Fundação Lemann, 2021).

Ao analisarem a trajetória da Fundação na área da educação, Tarlau e Moeller (2020) destacaram que, após alcançar um crescimento exponencial de sua fortuna e se tornar um empresário de renome internacional, Jorge Paulo Lemann fundou a Fundação Lemann. A criação de fundações filantrópicas é uma prática amplamente valorizada entre grandes empresários ao redor do mundo.

De acordo com as autoras, o ano de 2013 foi crucial para a concepção da BNCC, culminando com um encontro realizado em Yale, nos Estados Unidos. Durante esse encontro, a ideia do Movimento pela Base foi concretizada, por meio da articulação entre a Fundação Lemann, o empresariado brasileiro e representantes do governo.

Neves e Piccinini (2018) caracterizam o Movimento pela Base como um novo conglomerado de forças econômicas voltadas para a educação, composto pela grande burguesia brasileira e agentes do Estado, como o Ministério da Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação. Embora cada um desses atores tenha interesses próprios, eles se uniram em torno de uma pauta comum: a educação, com o objetivo de promovê-la para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Freitas (2018) descreve essa coalizão empresarial como “Reformadores Empresariais da Educação”, destacando o papel desse grupo ao apresentar propostas para o setor educacional. Conforme o autor, são três movimentos que balizam legitimidade às suas formas de atuação: o primeiro passo é a chamada “política de evidência”, posto que “por ela, relatórios que sintetizam as vantagens de se aplicar a reforma empresarial são elaborados por *think tanks* e fundações, sendo divulgados e exaltados como verdades” (Freitas, 2018, p. 133); o segundo passo é a intervenção nas políticas educacionais, via ações de filantropia, quando atores filantrópicos criam redes de influência direta na formulação de políticas públicas, junto ao Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; e, a última forma, os “exemplos de sucesso”, apresentados pela grande mídia. O autor realça que a cidade de Sobral/CE tem sido utilizada como exemplo de sucesso educacional para as demais partes do País.

O próximo movimento para solidificar a ideia da BNCC foi a aprovação do PNE no ano seguinte, em 2014. A partir daí foram organizados, pela Fundação, outros seminários e encontros no formato do realizado nos EUA, com o objetivo de divulgar a ideia de padrões nacionais de aprendizagem. A diferença, entretanto, é que, a partir de então, o Movimento pela Base assumiu a liderança dessas iniciativas.

Logo após a promulgação da Lei nº 13.005, em junho de 2014, que regulamenta o PNE, o relatório anual da Fundação Lemann tinha um tom de comemoração, afirmando que:

Em 2014, intensificamos nossos esforços não apenas para oferecer evidências à formulação de políticas de qualidade, como também para facilitar consensos para que essas iniciativas saiam do papel e alcancem a realidade das escolas. O início da construção da Base Nacional Comum da Educação é um avanço extraordinário nesse sentido. [...] Participamos ativamente da construção de um grupo plural que se mobilizou pela criação de uma Base Nacional Comum da Educação para o Brasil. Produzimos estudos que contribuíram com o esforço do governo brasileiro de construir uma base comum para os currículos de todas as escolas do país. O tema entrou definitivamente na agenda pública nacional (Fundação Lemann, 2014).

Em 2015, mesmo havendo a renúncia do cargo por parte do Ministro da Educação, a equipe de redação da BNCC foi mantida e o processo seguiu. Foram criadas 29 equipes de 116 universidades para escreverem a BNCC. Depois de diversas reuniões e algumas situações controversas⁴, a versão de 2014 foi completamente modificada e, no primeiro semestre de 2015, foi publicada a primeira versão da BNCC (Tarlau; Moeller, 2020).

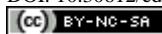
Segundo Neves e Piccinini (2018, p. 194, grifos dos autores),

As ações desempenhadas pela Fundação Lemann que incluem a secretaria executiva do MPB, mobilização para a consulta pública, coordenação de leituras críticas nas diferentes regiões (entre a 1^a e 2^a versões da BNCC) e sistematização de contribuições para produção de versão da BNCC ao Ministério da Educação (que a encaminha ao CNE), dentre outras ações, sugerem seu **protagonismo** no MPB.

Em 16 de setembro de 2015, a primeira versão da BNCC foi disponibilizada, e o relatório anual da Fundação Lemann (2015) afirma que:

O Movimento pela Base Nacional Comum, do qual somos fundadores e integrantes, contribuiu diretamente para este avanço, com a elaboração de mais de 10 estudos, um seminário internacional e a participação ativa no debate público ao longo de todo o ano. Após a publicação do documento, focamos nossos esforços na melhoria da qualidade do texto, com leituras críticas que mobilizaram 100 dos melhores educadores do país, além de dezenas de especialistas brasileiros e internacionais. Percorremos, com o apoio de parceiros importantes, todo o país — dialogando com secretarias,

⁴ A participação por consulta pública, com número de 12 milhões de contribuições, dando um ar de participação democrática. (Tarlau; Moeller, 2020, p. 584).



gestores escolares e professores sobre a importância da Base, do debate em torno de sua qualificação e da participação na consulta pública.

Partindo da análise de Tarlau e Moeller (2020), é possível compreender a forte influência da Fundação no processo de articulação da BNCC, por meio do financiamento de viagens internacionais, organização de seminários, colaboração na tradução de documentos, disponibilização de especialistas, e seu grande poder de mídia e redes formais e informais. Ou seja, a Fundação esteve constantemente envolvida no processo, inclusive na redação da BNCC, sempre “oferecendo” ajuda quando necessário, atuando como catalisadora e articuladora da BNCC no País.

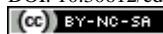
Olinda Evangelista, em entrevista a Victor Ohana (2019, grifos nossos), matéria de Carta Capital, assim se posiciona:

As organizações Lemann são uma das formas mais importantes hoje, como no apoio à BNCC. Quando o projeto foi aprovado, editoras já tinham o material didático pronto. Não era só uma reforma do currículo, mas um projeto de geração de condições de produção de lucro. Esse novo associativismo burguês toma campo da educação como lugar de produção do capital. Faz parte desse movimento o investimento violento dessas instituições para a privatização das universidades públicas. **É a educação como campo de negócios.** [...] A maior parte das intervenções dessas organizações é no sentido de impulsionar os recursos públicos para a esfera privada”.

Na avaliação de Evangelista, a atuação da Fundação Lemann faz parte de uma tática da burguesia em investir pesado na educação, pois essa possibilita uma forma de expansão e lucratividade do Capital. Segundo ela, a BNCC se torna uma parte de um esquema para alavancar os lucros das empresas privadas, fazendo com que o ensino público seja um campo de conformação por meio do qual interesses particulares são revestidos em universais. Na sequência, um breve recorte da BNCC, documento *Introdução*, destaca-se expressões que caracterizam a gestão por resultados, uma visão empresarial de educação.

A BNCC e a gestão por resultados

A gestão por resultados, também denominada de *New Public Management*, traz em seu bojo um novo conceito de gestão pública. Nesse sentido, propõe transformar a educação pública



em um quase mercado escolar, sustentado pela competência e concorrência entre instituições escolares. O Estado passa a ser controlador e regulador das atividades docentes, imprimindo uma visão de eficiência, produtividade ao processo educativo, permeado pelo ideário empreendedor (Raimann, 2015). Segundo a autora,

As reformas da educação, por sua vez, sustentadas pelos princípios do pragmatismo e da gestão por resultados trouxeram para o interior das escolas o caráter empresarial na gestão da educação. Com isso, abriram-se as portas para a ingerência do setor produtivo na organização do trabalho pedagógico e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da cultura empreendedora. (Raimann, 2015, p. 221)

Esse caráter empresarial se encontra na BNCC, uma vez que sua proposta pautada em habilidades e competências, busca desenvolver a formação para o mundo do trabalho.

A BNCC, de acordo com a posição oficial do governo, publicada no *site* do Ministério da Educação, é “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2020).

Desse modo, o documento aponta para competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes durante o percurso da sua vida escolar na educação básica. Por outro lado, apesar da visão tecnicista, esse mesmo documento afirma que é orientado por princípios éticos, políticos e estéticos consoante as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e, mais adiante, sustenta que a BNCC está ancorada nos “propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (Brasil, 2020). Um olhar atento e crítico revela o que à primeira vista pode parecer contraditório, mas não é. Ou seja, ao longo do documento, defende-se tanto uma formação técnica quanto uma formação humana integral, mas ambas em sintonia com o viés empresarial, sendo essa a formação considerada necessária. Essa “formação humana integral”, no entanto, é entendida a partir de uma perspectiva liberal.

Evangelista e Pereira (2019, p. 70, grifos das autoras) alertam que:

Sob o cínico “sonho lemanniano” corria, e corre, a objetividade do capital que mais do que assegurar aprendizado ao estudante, precisa assegurar o seu controle social pelo gerenciamento docente — mas não só, pois seus tentáculos se espalham por alianças com esfera estatal, com outras organizações coletivas e outros monopólios.

Analisando o documento Introdutório da BNCC, palavras e/ou expressões de cunho empresariais estão inseridas como: empreendedorismo, competências socioemocionais, resiliência, inovação, habilidades e competências.

A BNCC se organiza em competências que devem ser desenvolvidas em toda a educação básica, por isso códigos alfanuméricos foram criados para identificar as aprendizagens, contemplando as competências básicas apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Competências da Educação Básica segundo a BNCC

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino médio
Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e Campos de Experiência.	O Ensino Fundamental se divide em: Áreas do conhecimento, Competências específicas de área, Componentes curriculares, Competências específicas de componente.	Áreas do conhecimento, Competências específicas de área e Habilidades.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Pode-se observar, no quadro acima, que todas as três modalidades trazem como princípio “competências básicas” que devem ser atingidas em toda a educação básica, de tal forma que essas competências vão se ampliando durante a vida escolar da criança e do jovem.

Na sua introdução, o documento destaca que:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (Brasil, 2017, p. 8).

De acordo com o site da BNCC, na aba de implementação, o destaque “práticas empreendedoras na escola” conduz as seguintes afirmações:

Hoje, o empreendedorismo entre os jovens ou mesmo no âmbito da família, precisa ir além da atividade informal desenvolvida com pouco ou nenhum planejamento e gestão. Com as transformações recentes nas relações de emprego, o empreendedorismo vem ganhando cada vez mais seriedade e importância. Ele precisa ser aprendido em idade precoce, pois certamente será

útil muito antes do que se pensa. Além disso, para aprender a empreender, é necessário desenvolver inúmeras competências gerais e específicas, bem como habilidades previstas na BNCC para todos os ciclos escolares. (Brasil, 2017).

Considerando os aspectos que compõem a BNCC, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, adicionando às análises dos relatórios da Fundação Lemann, é possível visualizar como a educação tem se subordinado à hegemonia do Capital, voltada à formação de “habilidades e competências”.

No texto introdutório da Educação Infantil, destaca-se a importância de saber relacionar-se com o outro, resolver conflitos e ser criativo. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento nessa fase incluem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se. Neles, notam-se termos gerencialistas e características empreendedoras, como se pode ler a seguir:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas **experiências emocionais**, corporais, sensoriais, **expressivas**, cognitivas, **sociais e relacionais**. [...] Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do **planejamento da gestão** da escola e das atividades propostas pelo educador [...] Expressar, como **sujeito dialógico, criativo e sensível**, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens. (Brasil, 2017, p. 38, grifos nossos).

O texto introdutório do Ensino Fundamental, na primeira fase, frisa a consolidação das aprendizagens adquiridas na Educação Infantil. Já na segunda fase do Ensino Fundamental, o que chama a atenção é a apresentação do projeto de vida, como segue no trecho a seguir:

Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. (Brasil, 2017, p. 62).

No texto do Ensino Médio, fica mais clara a preocupação para a formação do mundo do trabalho quando se dá ênfase ao protagonismo juvenil, assim como ao projeto de vida, justificados em preparar o jovem para o “enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade” (Brasil, 2017, p. 463).

Considerando os textos introdutórios da BNCC, observa-se que foram adotados diversos *slogans* como estratégias de dominação de classe, a fim da obtenção do consentimento ativo. Entende-se que, nesse caso, o consenso é uma ferramenta de manipulação, em prol de um projeto hegemônico, ligado a uma visão de sociedade particular da Fundação Lemann e empresariado de modo geral.

A estrutura organizacional da sociedade liberal busca atender os interesses econômicos do grande Capital, nesse contexto, a Fundação Lemann se insere e age por dentro do Estado.

A aprovação da BNCC revela consequências devastadoras para a educação, possibilitando o fomento dos negócios de grupos privados que estão articulados em instituições privadas de ensino, empresas do ramo dos livros didáticos, fundações educacionais, *thinks tanks* internacionais, o que pode acarretar o desmonte da escola pública. Segundo Oliveira e Barão (2020, p. 476) “a ideia é formar, através de complexas habilidades (ao invés de complexos conhecimentos), um trabalhador que incorpore o apassivamento socioemocional e o adestramento necessários ao processo de informatização e robotização da produção”.

Considerações finais

Objetivando analisar as aproximações entre a Fundação Lemann e a BNCC, tendo como referência a pesquisa documental pautada nos relatórios da Fundação, legislação e outros documentos, pode-se verificar o alinhamento entre o empresariado nacional e a agenda governamental nas políticas educacionais.

O ideário empresarial, voltado a gestão por resultados, que implica em competitividade, eficiência, produtividade com metas a serem cumpridas, foi incorporado à educação pública e ao trabalho docente.

A BNCC pautada em habilidades e competências, um viés tecnicista, atende ao mundo do trabalho. A suposta formação humana e para a cidadania nada mais é do que atender às demandas capitalistas, transformando a educação de um bem social para um bem de consumo. A BNCC amplia de quatro para cinco os pilares da educação, que são: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a empreender, conforme orientações internacionais.



REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Escolas *Charters* nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. esp., p. 263-282, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/24613>. Acesso em: 1 out. 2020.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, 2009. DOI: 10.22420/rde.v3i4.105. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/105>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BERNARDI, L. M.; UCZAK, L. H.; ROSSI, A. J. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a discussão da base nacional comum. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 29-51, 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/bernardi-uczak-rossi.html>. Acesso em: 21 jan. 2021

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Secretaria da Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. v. 2.

BRASIL. **Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm. Acesso em: 9 out. 2023.

BRASIL. BNCC: Educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

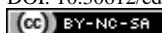
FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório anual 2003**. São Paulo: Fundação Lemann, 2003. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2003>. Acesso em: 7 abr. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório anual 2006**. Paulo: Fundação Lemann, 2006. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2006>. Acesso em: 7 abr. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório anual 2014**. Paulo: Fundação Lemann, 2014. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2014>. Acesso em: 7 abr. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório anual 2015**. Paulo: Fundação Lemann, 2015. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2015>. Acesso em: 5 abr. 2021.



FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório Anual 2021**. Paulo: Fundação Lemann, 2021. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/relatorio-anual-2021>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LAMOSA, R. A nova ofensiva do capital na América Latina: todos pela educação? - XXIX Simpósio Nacional de História, 7, 2017, Brasília, DF. **Anais** [...]. (Online). Brasília: Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos, história e democracia, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489967747_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2017.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

NEVES, R. M. C.; PICCININI, C. L. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do estado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 184-206, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26008/16028>. Acesso em: 21 jan. 2021.

OHANA, V. Acredito, RenovaBR e Fundação Lemann: renovação ou infiltração? **Carta Capital**, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/acredito-renovabre-fundacao-lemann-renovacao-ou-infiltracao>. Acesso em: 7 jan. 2022.

OLIVEIRA, M. T. C.; BARÃO, G. O. D. Trabalho e Formação Docente no contexto do desmonte da educação pública no brasil. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v. 5, n. 9, p. 463-482, 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/692/937>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PEREIRA, J. N.; EVANGELISTA, O. Quando o Capital Educa o Educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, n. 10, p. 65-90, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32664/18804>. Acesso em: 9 set. 2020.

RAIMANN, E. G. Concepções de trabalho e profissionalização docente: sua redução à ação empreendedora. 2015. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13688>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SOUZA, T. G.; MOREIRA, J. A. S. Políticas de privatização na educação pública e a atuação de grupos educacionais privados. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 421-449, 2020. DOI: 10.22481/praxedu.v16i39.4779. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4779>. Acesso em: 13 set. 2020.

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlaumoeller.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Não aplicável.
 - Financiamento:** Não aplicável.
 - Conflitos de interesse:** Não aplicável.
 - Aprovação ética:** Não aplicável.
 - Disponibilidade de dados e material:** Todos os dados informados se encontram disponíveis no artigo.
 - Contribuições das autoras:** todas as autoras realizaram contribuições de forma igualitária.
-

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação e normalização.

